

Sarney: A Arena já é Governo

E diz que novo partido não surgirá à custa do seu

RUY FABIANO

Correio Braziliense - Na próxima quarta-feira, a Arena reúne-se em torno do Plano de Ação Partidária. O senhor voltará a sugerir ao partido que adote o programa da social-democracia?

José Sarney — O Plano de Ação Partidária visa a estabelecer uma diretriz política para o partido durante um ano, no caso 79-80. O nosso plano deverá ser elaborado em duas partes: na primeira, tratamos da reorganização do partido, para que ele possa ter uma estrutura moderna, atuando em todos os segmentos da sociedade. E essa estrutura tem de ser adaptada à nova realidade, depois que saímos da exceção para o estado de direito. Nós esperamos que o Plano de Ação Partidária fixe o meio de atingirmos esses objetivos. Nesse sentido, iremos organizar um anteprojeto de reforma dos estatutos do partido. Esse projeto será feito por comissões que serão constituídas com a aprovação do diretório nacional. O trabalho final será apresentado à Convenção Nacional, que se realizará em setembro próximo. Outra parte do Plano estabelece uma consulta a todos os diretórios, visando a promover um debate interno sobre o corpo de doutrina do partido, buscando a área de ocupação que vamos ter dentro da sociedade brasileira, em termos de ideologia política. Essas consultas importarão numa reflexão sobre partidos políticos, sua função e como o partido exerce democracia. Enfim, desejamos que nesta segunda parte tenhamos um documento básico, a ser apresentado e discutido na convenção nacional, e que importe no estabelecimento do corpo de doutrina para o partido. Como partido no Governo, o programa deve objetivar a nossa participação no próprio Governo, na fiscalização, formulação, execução e avaliação das políticas que forem feitas, visando a uma integração cada vez mais estreita e solidária. Assim, esse programa deve ser objetivo, claro, com metas fixadas, que devemos atingir, como partido, através do Governo.

CB — E a social-democracia?
JS — Quanto à social-democracia, trata-se de um projeto que eu fiz, pessoal. Como eu já disse, não pretendo impor minhas idéias ao partido. Quero, isto sim, abrir um debate dentro do partido, para que se possa exercitar internamente a democracia, livremente. Porque essa é uma forma de vitalização partidária. E essa proposta visa a colocar a Arena como um partido de centro. E, quando eu digo um partido de centro, falo de um partido que, para decidir, não tenha uma carga ideológica nem da direita nem da esquerda. Mas que, como um partido de centro, possa ter uma tendência conservadora. Para estratificar as situações existentes, é necessário precisar esse centro. Nós achamos que devemos ter uma tendência reformista. Ou seja, um partido de centro que possa permanentemente receber as aspirações da sociedade, detectá-las e ajustar à sua ação essa realidade. Como no Brasil não podemos de nenhuma maneira deixar de ter sensibilidade para o problema social — essa inclusive vem sendo a tônica dos últimos governos —, eu acho que nós deveríamos ter um partido de centro com uma tendência reformista, caminhando no sentido da social-democracia.

CB — Da social-democracia alemã?
JS — Bem, eu acho que nós não devemos copiar modelos de fora. Devemos discutir amplamente, com o país inteiro, com os nossos companheiros de partido e estabelecer um corpo de doutrina que, com essas diretrizes básicas, possa atingir os objetivos de uma democracia social. Isto é, aquela em que as liberdades não se esgotam nas liberdades subjetivas, mas caminham também para as liberdades sociais: melhor padrão de vida, maior participação do povo nos benefícios da sociedade. Enfim, liberdade contra a fome, contra a doença, melhores oportunidades de emprego, etc.

CB — E como tem sido, dentro da Arena, a receptividade à sua sugestão?

JS — Eu tenho sentido uma grande receptividade e recebo de um apoio muito estimulante de todos os companheiros. Sinto que o partido está motivado para essa fase da vida política brasileira. Até mesmo posso dizer que a minha conduta e o meu entusiasmo de prosseguir nesse caminho têm sido estimulados pela grande receptividade que encontrei no partido no país inteiro e aqui no Parlamento. Acho, então, que devemos fixar a posição do partido. Porque, de certo modo, o Presidente Geisel, naquela mensagem inicial em que dizia que o desenvolvimento deveria ser integrado — ou seja, econômico, social e político —, deu o primeiro passo nesse sentido. Consagrou o princípio de que a democracia não poderia ser meramente formal. Assim, nós já podemos dizer que há várias providências tomadas. A orientação do Governo de voltar para uma democracia de caráter social. Então, o nosso corpo de doutrina vai consolidar e ampliar o campo de ação nesse terreno.

REFORMULAR A ARENA

CB — E qual o mecanismo para se alterar o programa da Arena?

No momento em que se volta a falar com insistência no Congresso, em formação de um novo partido, a adveniência do Presidente da Arena, Senador José Sarney, de que seu partido permanecerá unido e que não colaborará para que surja uma nova legenda é, pelo menos, surpreendente. Isto porque, dentre os parlamentares que manifestam interesse em criar uma nova agremiação, o mais notório é o arenista Magalhães Pinto, que anunciou semana passada já dispor de um razoável número de adesões à sua idéia. De qualquer forma, Sarney não pretende aguardar os acontecimentos: dia 28 próximo, quando a Arena reúne-se em torno do Plano de Ação Partidária, terá início um profundo processo de reformulação do partido, visando a adaptá-lo para os novos tempos de reformas políticas. Não bastasse isso, a afirmação de Figueiredo de que a

Arena é agora "um partido no Governo", veio aprofundar as preocupações de Sarney de dotar sua legenda de uma estrutura moderna e ágil, capaz de tomá-la "o instrumento político do Presidente para que ele possa enfrentar os problemas da transição". Desse modo, o dirigente arenista volta a sustentar a necessidade de se alterar o programa do partido, orientando-o no sentido da social-democracia. Quer Sarney que a Arena se transforme em um partido centro-reformista, "sem uma carga ideológica da esquerda ou da direita". Colocada ao centro, a Arena poderia manter uma tendência conservadora, "ao mesmo tempo em que disporia de meios para estratificar as condições existentes". Nesta entrevista ao CB, Sarney fala de eleições diretas, democracia, anistia, abertura e garante: "A Arena já é Governo".



JS — Nós só podemos fazer uma mudança de programa na Arena com a aprovação da convenção nacional, que só se reunirá ordinariamente em setembro. Até lá, esperamos estar com essa proposta pronta para submetê-la à convenção. Então, esse Plano de Ação constitui uma diretriz de trabalho, a ser executada durante todo este ano, pelo partido e seus diversos órgãos, visando a uma reforma completa do atual programa, do corpo de doutrina e do estatuto do partido, dando-lhe nova estrutura. Isto já em setembro.

CB — E por trás de toda essa reformulação não estaria o atual bipartidarismo?

JS — Uma coisa é certa: a criação de um novo partido não será feita à custa da Arena. O que nós estamos cada vez mais preocupados é em criar uma unidade, embora ela não pressuponha jamais unanimidade. A unanimidade eu acredito que não existe. Podemos então dizer que teremos divergências dentro da unidade, mas estas se manterão em torno do corpo de doutrina, do programa do partido e das diretrizes do Governo, uma vez que nós somos hoje um partido no Governo, conforme disse o Presidente. Então, é preciso manter a nossa unidade. Hoje, somos um instrumento político a ser o grande instrumento político do Presidente Figueiredo, para que ele possa enfrentar os problemas da transição e realizar um programa social e econômico à altura do que espera o povo brasileiro. O partido hoje está consciente disso e tenho certeza de que vamos ser este grande respaldo.

CB — De qualquer maneira, fala-se cada vez mais no Congresso em criação de novos partidos. Como o Governo vê a conveniência, no momento, do surgimento de um terceiro partido, oriundo de dissidências parlamentares?

JS — Bem, eu acho que a questão de novos partidos sempre esteve aí, latente, nas discussões políticas. Mas eu considero que o problema não é o número de partidos, e sim o sistema de representação. Se nós tivermos o voto proporcional, como ainda estamos exercitando, teremos evidentemente de criar novos partidos, uma vez que o voto proporcional exige doutrina-riamente pluripartidarismo. Agora, se nós tivermos voto distrital, inevitavelmente — embora ele exista com muitos partidos — manteremos o bipartidarismo. Isto porque o voto distrital leva inexoravelmente à existência de somente dois partidos fortes, não ideológicos, que operam o poder de uma maneira racional. Por outro lado, se nós mantivermos o voto proporcional, evidentemente nós vamos ter partidos ideológicos, pois o voto proporcional é o voto ideológico.

CB — Há alguma tendência a se abrandar a legislação que fixa as exigências para a criação de novos partidos?

JS — A própria reforma constitucional, votada pelo Congresso ano passado e que pôs fim aos atos de exceção, liberalizou muito na parte relativa a partidos políticos. Inclusive estabeleceu um mecanismo que permite que sejam constituídos novos partidos a partir da adesão de um determinado número de congressistas. Hoje, a Constituição prevê duas formas de criação de partidos políticos. Quer dizer, pode-se formar um partido político com a maior facilidade e registrá-lo. Agora, para se pôr este partido em funcionamento é que se fazem algumas exigências, que são necessárias, uma vez que não queremos

jamais que o Brasil volte ao tempo anterior a 1964, quando chegamos a ter 14 partidos políticos, num fracionamento tremendo, criando uma instabilidade no Governo, que gerou a entrada do país no caos político e econômico.

BASES RURAIS

CB — É sabido que a Arena é um partido de bases eleitorais rurais, com uma imagem cada vez mais desgastada nos centros urbanos. O que fará o partido para se reabilitar perante o eleitorado das grandes cidades?

JS — Primeiro eu gostaria de contestar que a Arena seja um partido de bases rurais. A Arena não é um partido de classes, como também eu acho que o MDB não é. Nós temos uma grande representação no país inteiro, em todas as cidades. O problema da Arena nas grandes cidades constitui evidentemente um fato episódico. Ou seja, transitório, que se manifesta na perda de eleições nas capitais, ou melhor, em algumas capitais. Trata-se de um problema resultante da urbanização intensa, que gera uma grande frustração. As pessoas que saem do interior para as grandes cidades trazem uma aspiração muito grande de melhoria imediata de condições de vida. Contudo, o contato com a realidade dessas grandes cidades frustra aquelas aspirações. Do mesmo modo, as populações dessas grandes cidades, com a chegada desse fluxo do interior, sofrem o problema do desemprego, da saturação dos serviços públicos, aumentando o descontentamento. Não podemos então esquecer esses fatores, responsáveis pelo grande número de frustrações nas grandes cidades. Não é propriamente um problema de partido político. São as circunstâncias resultantes da urbanização intensa. Assim, essas vitórias do MDB são conseqüentes de um estado de espírito de uma determinada época. Não significam de modo algum uma vinculação das grandes cidades ao partido da oposição. Muito menos caracterizam uma predisposição contra a Arena. Esse, a meu ver, o fenômeno que vem ocorrendo nas grandes cidades. A proporção em que nós formos capazes de diminuir essa pressão — uma vez que será sempre impossível contentar todas essas aspirações —, a situação se inverterá. O fenômeno de urbanização no Brasil foi tão intenso que basta comparar com os Estados Unidos para se ter uma idéia. Lá, levou-se um século para se atingir a população que nós encontramos hoje nas nossas grandes cidades. Desse modo, não tivemos condições de criar infra-estruturas de saúde, educação, transporte, habitação, saneamento, para atender essa urbanização intensa.

CB — E qual seria a estratégia da Arena para, eleitoralmente, não voltar a ser vítima dessas frustrações das grandes cidades?

JS — O que nós, daqui pra frente, vamos fazer, com a maior intensidade, será uma grande mobilização de nossos companheiros, dentro de uma nova estrutura partidária, mostrando que essa realidade não decorre de uma responsabilidade nossa. Pelo contrário, nós temos procurado diminuir essas tensões e até atender muitas dessas aspirações. Nosso obstáculo será então a demagogia, que suscita aspirações que jamais poderão ser realizadas. Então, temos de conscientizar o povo do grande trabalho que nós temos feito em benefício das populações urbanas. Desse modo, o que elas sofrem hoje não é resultado de uma omissão nossa. Ao contrário, o que elas deixam de sofrer é que é con-

seqüência de um trabalho nosso. Vamos enfrentar o problema e tudo fazer para encontrar uma solução.

ELEIÇÕES DIRETAS

CB — A Arena espera, até o final do atual Governo, o restabelecimento das eleições diretas em todos os níveis?

JS — Eu não diria em todos os níveis, porque essa não é uma condição essencial para a democracia. A eleição pode ser democrática sendo direta ou indireta. O que ela deve ser é legítima. De qualquer modo, acredito que as próximas eleições de governadores já serão pelo voto direto. Já não posso dizer a mesma coisa em relação à Presidência da República. Inclusive, a eleição presidencial em grandes países democráticos é indireta...

CB — ... Mas é representativa...

JS — ... então é o que eu disse: o problema não é ser direta ou indireta, e sim representativa, legítima. Se os delegados escolhidos para eleger o presidente o forem de uma maneira que represente legitimamente uma escolha do povo, tanto faz o voto direto como o indireto. Então, essa não é uma qualidade essencial que se caracterize uma democracia. Agora, nós temos no nosso programa a afirmação de que as eleições para os governos dos Estados têm de ser diretas. Isto porque, na área estadual, a manipulação do poder econômico nas eleições diretas e outras deturpações ocorrem em muito menor intensidade.

ARENA NO GOVERNO

CB — Em seu discurso aos ministros, Figueiredo disse que a Arena deve considerar-se um partido no Governo. E o que vinha sendo a Arena até então?

JS — Eu creio que o Presidente, quando assim se expressou, referia-se à total integração que já existe entre o partido e o Governo. Quando assumi a presidência da Arena, declarei que um dos meus objetivos era o de que a Arena não fosse apenas um partido do Governo, mas um partido no Governo. Isto porque, até 31 de dezembro, quando nós tínhamos atos excepcionais, a atividade política tinha muitos condicionamentos. E esses condicionamentos faziam com que não se pudesse classificar a Arena como um partido no Governo. Contudo, a partir de 31 de dezembro, essa faixa de participação da Arena, diante de uma nova realidade, foi bastante ampliada. Desse modo, como já disse o Presidente, a Arena é o Governo, e nós vamos criar mecanismos cada vez maiores de integração do partido.

CB — No mesmo discurso aos ministros, Figueiredo deixou claro que o Congresso, livre da exceção, deve exercer seus poderes, atribuindo-lhe, desse modo, grande responsabilidade no desenvolvimento das reformas. Até o momento, porém, as iniciativas têm partido do MDB, com a Emenda Benvides e o projeto de anistia, entre outros. E a Arena?

JS — Antes de mais nada, eu acho discutível que a Emenda Benvides represente alguma novidade. Já é o terceiro ano que ele apresenta a emenda aqui no Congresso. Também não acreditamos que possa existir uma unanimidade em torno do mérito dessa emenda, porque nós tivemos uma experiência de prefeitos eleitos, depois de 1946, e que durou um pequeno período. E nesse período pequeno não tivemos maiores resultados, e sim uma luta muito grande entre o poder executivo estadual e o municipal. Assim, eu penso que esse é um tema muito antigo e que não faz parte do contexto das reformas políticas. Nem constitui o desdobramento das reformas votadas pelo Congresso ano passado, que dizem respeito ao aprimoramento democrático. Desde que a eleição de governador seja direta, a de prefeitos das capitais passa a ser absolutamente caudatária daquela. Agora, voltando ao que o Presidente disse, o que se entende é que ele não vai impor a sua vontade pessoal nas reformas políticas.

CB — Quanto à anistia, a Arena se opõe ao projeto do MDB. Qual seria então a alternativa? O que entende a Arena por anistia?

JS — O projeto do MDB, de início, é uma decisão unilateral. Sabe-se que a anistia é esquecimento, perdão, conciliação, e não se pode jamais pensar, nesse momento, em implantar a anistia no Brasil excluindo o Presidente da República desse processo, uma vez que ele já se declarou favorável a ele. Então, essa demanda do MDB é, para nós, absolutamente inaceitável.

CB — Quanto ao mérito do projeto, não há o que opor?

JS — Também não é pacífico na tradição constitucional brasileira que a iniciativa da anistia seja sempre do Congresso. Nós tivemos períodos em que ela foi do Congresso e outros em que ela foi do Executivo. Isso não é de maneira alguma uma afronta à democracia, porque a Constituição consagra que a iniciativa da anistia é uma opção do Presidente da República. No caso presente, há um fato concreto: a emenda pede uma anistia para o período e os fatos referentes à Revolução de 64. Como aceitar então que se exclua desse processo o Presidente da República? Achamos que a anistia favorece a conciliação. Por isso, deve ser tanto mais ampla quanto possa atingir esses objetivos de pacificação. Mas jamais pode atingir criminosos comuns, sob alegação de motivos políticos. Seria então estimular a desintegração da sociedade.